

EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

João Ruas Sucupira

Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Extensão

EAD

Polo Educacional de Taguatinga, DF.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a eficiência do Sistema de Registro de Preços – SRP -, na Administração Federal, que na essência, visa às compras com eficiência, celeridade e economicidade, bem como à ampla competitividade, publicidade e transparência. Buscou-se, desta forma, realizar este trabalho com base na seguinte metodologia: consulta a autores renomados, além da própria experiência e vivências no cotidiano das atribuições, no órgão de trabalho – Superior Tribunal de Justiça – STJ -, pertinentes a área em análise.

Outrossim, no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, verificou-se no STJ a realização de 59 (cinquenta e nove) processos licitatórios via Sistema de Registro de Preços, bem como 47 (quarenta e sete) adesões a atas de outros órgãos federais¹. Tais procedimentos geraram importante economia ao erário público nos quesitos: investimentos em grandes estoques, espaços físicos, economia de mão-de-obra; além de evitar desperdícios e obsolescência dos produtos, que sem o SRP, seriam adquiridos em grande quantidade de uma só vez.

Verificou-se, ainda, a acentuada economia em decorrência da celeridade das aquisições. Porquanto, as demandas não seriam atendidas, tempestivamente, caso fossem instruídas via processos licitatórios convencionais.

Por fim, o supracitado SRP, no período em análise, contribuiu significativamente de forma coroar a filosofia maior do STJ: leveza nas operações administrativas; presteza e celeridade no atingimento às metas precípuas – o atendimento ao jurisdicionado.

Palavras-chave: EAD, SRP-Sistema de Registro de Preços -, eficiência.

¹ Fonte: Seção de Especificação e Registro de Preços – SEPRE/STJ.

1. INTRODUÇÃO

No cotidiano dos órgãos da Administração Pública a manutenção do custeio da máquina, decorre, diuturnamente, a necessidade de aquisições e serviços. Com isso, perde-se muito tempo e recursos na realização de processos licitatórios para atender a demanda das diversas unidades técnicas internas.

A criação do Sistema de Registro de Preços – SRP -, como procedimento especial de licitação, na sua origem voltado para compras, e na atualidade aplicável também à contratação de serviços, veio de certa forma, preencher essa necessidade sistêmica. Contudo, ressalte-se que a Administração por não ter fins próprios, há que buscá-los na lei; assim, submete-se tanto pelos princípios aplicáveis às licitações, como às compras e serviços estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

Portanto, a ideia simples e inovadora de contratar uma empresa através do Registro de Preços – SRP -, favorece a Administração Pública, possibilitando maior controle sobre as contratações realizadas.

Ademais, busca-se enfatizar, primordialmente, algumas características marcantes desse instituto. Dentre elas, destaca-se sua inovação no campo das licitações públicas, ensejando inúmeros benefícios à Administração, quer seja na redução de custos, quer seja na obtenção de propostas verdadeiramente vantajosas. Nesse diapasão, sua inserção no ordenamento jurídico nacional representa uma evolução para a atividade administrativa no âmbito da Administração Pública.

Com o surgimento do SRP, aperfeiçoaram-se vários aspectos, dentre outros:

1. Sistematização das informações de representantes de órgãos que já o implantaram. São Portanto, vantagens efetivas e práticas;
2. Desnecessidade de dotação orçamentária para a realização de certame licitatório, que é uma exigência da Lei de Licitação, e, por conseguinte de índole constitucional;
3. Possibilidade de atendimento às demandas imprevistas, já que com adoção do SRP, a Administração deixa a proposta mais vantajosa previamente

selecionada, ficando no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros, para a respectiva aquisição.

4. Redução de volume de estoques. Uma das tendências da atual Administração é a redução do capital imobilizado. Nesse panorama, a administração de material e bens de consumo desponta com significativa contribuição, podendo reduzir o volume de estoques com economia de espaço, pessoal e recursos financeiros.
5. Entre as vantagens que a implantação do SRP proporciona está, sem dúvida, a redução, em termos estimados, de noventa por cento do número de licitações.

Cabe salientar, ainda, que o Registro de Preços, foi previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e regulamentado na esfera federal pelo Decreto nº 3.931/20001, e atualizado pelo Decreto nº 7.892/2013.

É de bom tom, portanto, procurar mais e mais a sua utilização visando a celeridade processual, bem como a economicidade de recursos humanos e materiais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Sistema de Registro de Preços – Conceito e Princípios

O conceito de sistema registro de preços encontra-se no Decreto nº 3.931/01, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso I.

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto. Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

“I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras”.

Princípios da Administração Pública e o Sistema Registro de Preços

De acordo com o Decreto nº. 3.931/01, o Sistema de Registro de Preços condicionado aos princípios básicos da Administração Pública, elencados no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, assim como dos princípios correlatos da celeridade, da finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, do justo preço, da seletividade, da probidade administrativa, Isonomia ou Igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da comparação objetiva das propostas ((BARROSO, 1996, p. 27).

Modalidades de Licitações

Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão, Pregão.

A Lei determina que no edital de convocação, a Administração faça constar os critérios, objetivos, pelos quais julgará as propostas dos licitantes, devendo estes ser coerente com os tipos de licitação que a Lei prevê, a saber: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, e maior lance ou oferta.

Sistema de Registro de Preços

Caracteriza-se por sistema porque o registro de preços se processa através de um conjunto de princípios e regras que, tendo relações entre si, se ordenam para estabelecer o regime a que sua realização deverá subordinar-se. (ESCOBAR, 1996, p. 22)

Nas Unidades Administrativas, onde existe o Sistema de Registro de Preços, a contratação fica bastante simplificada. Neste caso, apresenta-se a vantagem da rapidez e a eliminação de gasto com a estocagem, uma vez que a compra será feita somente quanto necessário.

Destaque-se que a implantação dos SRP em uma unidade administrativa não implica na obrigatoriedade da contratação, nem impede a realização de outra licitação para compras para as quais já exista o Registro de Preços. Quando outra Licitação é levada a efeito, e o resultado desta apresentar igualdades de condições com os preços registrados, é garantido à preferência ao fornecedor detentor do Registro.

A propósito, o SRP está previsto no art. 15 da Lei 8.666/93 e regulamentado pelo Governo Federal através do Decreto 3.931/2001, e com alterações pelo Decreto 4.342/2002, e, atualmente, alteradas por meio do Decreto nº 7.892/2013.

A lei n. 8.666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF de 1988, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Das Compras

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecida;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade “do registro não superior a um ano.

A Lei não definiu o que é Sistema de Registro de Preços, conforme citado acima, mas o Decreto 3.931/01, de acordo com o art. 15, parágrafo terceiro, da Lei n. 8.666/93, trás na sua regulamentação e definição na esfera federal, conforme se lê:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

“I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras”.

O SRP é um sistema em que se inclui uma Licitação, na modalidade Concorrência ou Pregão, e tipo menor preço, com a finalidade de registrar preços unitários para futuras contratações. A Lei 8.666/93 determina a seleção através da modalidade concorrência, mas pode ser utilizado o Pregão, conforme prevê a Lei 10.520/02, art. 11, quando as compras e contratações forem efetuadas pelo SRP.

Lei n. 10.520/2002:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Na esfera federal, o SRP, serve como mecanismo de informação no caso de levantamento de preços de mercado para um bem ou serviço.

Para Marçal Justen Filho “no registro de preços a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando deseja adquirir,

valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto o deseja (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 2001, p. 151).

O Registro de Preços está incluído no SRP, que representa conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos a prestações de serviços e aquisições de bens para contratações futuras.

Características do Sistema de Registro de Preços

- A Administração não está obrigada a contratar;
- O licitante tem o dever de manter o preço;
- A Administração, em igualdade de condições, não pode comprar de outro licitante, por motivo de fato superveniente.

Importante se levar em conta que essas características fazem do Sistema de Registro de Preços um recurso que vem dar maior grau de eficiência a determinadas contratações, facilitando em muito as atividades dos administradores públicos. Contudo, devem ser exploradas em total observância dos princípios basilares da Administração Pública, no que se refere à legalidade e à eficiência.

Análise das Vantagens do Sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços apresenta uma série de vantagens em relação às compras e contratações efetivadas através de outras formas de procedimento, dentre estas destacamos:

Desnecessidade de Dotação Orçamentária

A necessidade de previsão orçamentária para a realização de certame licitatório é uma exigência da Lei de Licitações, de índole constitucional e tecnicamente correta.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, na Administração, deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando assim no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros. Não há necessidade que o órgão tenha prévia dotação orçamentária, porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública, a sua contratação. Já no sistema convencional de licitação, a Administração tem que ter prévia dotação orçamentária, porque há um compromisso que só em caráter excepcional pode ser revogado e anulado.

Redução de Volume de Estoques

Uma das tendências da atual Administração é reduzir o capital imobilizado. Nesse panorama, a administração de material e bens de consumo desponta com significativa contribuição, podendo reduzir o volume de estoques com economia de espaço, pessoal e recursos financeiros. O Sistema de Registro de Preços permite a redução do volume de estoques para atender a todas essas condições com nítidas vantagens.

Excetuando-se os produtos perecíveis, que podem ser fornecidos até no mesmo dia, a regra nos sistemas já implantados, conforme estudo realizado reduziu, em média, numa só instituição, 70% dos estoques, com nível de satisfação entre bom e ótimo das unidades requerentes desse órgão.

A moderna Contabilidade prevê níveis ótimos de estoque, nos quais o ganho de economia de escala não é desperdiçado, quando contraposto ao preço de armazenagem, perda e vigilância de grande estoque de produtos. Busca-se, assim, o objetivo do *Just in time*: modernizar os estoques, de forma a atender prontamente ou em curto lapso temporal as demandas apresentadas.

Além disso, produtos perecíveis enfrentam a necessidade de redução de estoque compatível com a perecibilidade e prazo de consumo. (FERNANDES, ULISSES, JACOBY, Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, 2005, p. 100).

Redução do Número de Licitações

O Decreto 3.931/01 prevê a validade do Registro de Preços de até um ano. Portanto por meio de uma única Licitação poderemos ter assegurado o fornecimento ou a contratação para um período de doze meses.

Entre as vantagens que a implantação do Sistema de Registro de Preços proporciona está, a redução, em termos estimados, de noventa por cento do número de licitações. Ao reduzir o número de licitações, reduz-se o número de recursos administrativos - materiais e humanos – barateando o custo da licitação.

Se é verdade que a implantação do SRP consome, no início, tempo, também é verdade que contribui significativamente para o desenvolvimento da profissionalização e difusão da cultura do planejamento. Os servidores passam a perceber que farão menos licitações, quanto maior for o esforço despendido na previsão e no planejamento.

Nesse último aspecto, está uma grande vantagem do SRP, pois, na licitação convencional, buscam-se profissionais que tenham algum domínio do assunto, enquanto que, por esse sistema, selecionam-se perfis de profissionais que vão aprendendo e reciclando o conhecimento com o desenvolvimento do sistema. (FERNANDES; ULISSES; JACOBY, 2005, p. 102).

Tempos Recordes de Aquisição

O conceito do Sistema de Registro de Preços nos leva à conclusão de que sua utilização acelera em muito o processo de aquisição de bens e contratação de serviços. Se Ganha todo o tempo que seria despendido na Licitação. Esta somente é realizada para a efetivação do registro.

José Caetano (Licitação Passo a Passo – RÍGEL, 2002, p. 39 a 47) apresenta um minucioso estudo referente aos prazos requerido em uma Licitação convencional, do tipo menor preço, a partir da publicação do correspondente aviso até a sua homologação, sem levar em conta os tramites internos desde a identificação da necessidade até a publicação. E temos o seguinte:

- Convite – 32 dias;
- Tomada de Preços – 79 dias;
- Concorrência 94 dias.

As comissões de licitação, na busca da eficiência, acabam obrigando-se à realização de um planejamento mínimo e, acabam se envolvendo nessa atividade como forma de preservar a regularidade do seu trabalho.

Com o Sistema de Registro de Preços é possível que uma autoridade requisite a compra de qualquer bem ou serviço e ser atendida com um prazo de até uma semana. Exemplos:

a) compras

Os fornecedores com preços registrados podem ser informados imediatamente ao pedido e, enquanto a Administração providencia o empenho da despesa, a mercadoria é preparada para ser entregue.

b) serviços

Os serviços podem ser licitados em dois diferentes grupos: execução e manutenção.

O conceito do Sistema de Registro de Preços nos leva, à conclusão de que sua utilização acelera em muito o processo de aquisição de bens e contratação de serviços. Se Ganha todo o tempo que seria despendido na Licitação. Esta somente é realizada para a efetivação do registro.

José Caetano (Licitação Passo a Passo – RÍGEL, 2002, p. 39 a 47) apresenta um minucioso estudo referente aos prazos requerido em uma Licitação convencional, do tipo menor preço, a partir da publicação do correspondente aviso até a sua homologação, sem levar em conta os tramites internos desde a identificação da necessidade até a publicação. E temos o seguinte:

- Convite – 32 dias;
- Tomada de Preços – 79 dias;
- Concorrência 94 dias.

As comissões de licitação, na busca da eficiência, acabam obrigando-se à realização de um planejamento mínimo e, acabam se envolvendo nessa atividade como forma de preservar a regularidade do seu trabalho.

Com o Sistema de Registro de Preços é possível que uma autoridade requisi-te a compra de qualquer bem ou serviço e ser atendida com um prazo de até uma semana. Exemplos:

a) compras

Os fornecedores com preços registrados podem ser informados imediatamente ao pedido e, enquanto a Administração providencia o empenho da despesa, a mercadoria é preparada para ser entregue.

b) serviços

Os serviços podem ser licitados em dois diferentes grupos: execução e manutenção.

O primeiro dependerá de prazo para a mobilização da equipe, material, equipamento, etc.

O segundo pode ser contratado para a manutenção preventiva, como qualquer serviço, ou corretiva. Nesse último caso, poderá ser remunerado por hora de prontidão, acrescida de horas de intervenção efetiva ou um ou outro, separadamente. Enfim, são amplas as possibilidades.

Vantagens para os licitantes

Além das possibilidades de participação de pequenas e médias empresas e atualidade dos preços, o Decreto nº 3.931/01 trouxe outra extraordinária vantagem para os fornecedores e prestadores de serviços que conseguirem ter seus preços registrados.

O art. 8º desse Decreto permite que órgãos não participantes (caronas) do SRP, atendidos os requisitos dessa norma, comprem sem licitação convencional dos fornecedores e prestadores de serviços com preços registrados.

Ao conseguir registrar seu preço, os fornecedores abrem, assim, uma extraordinária porta de acesso às contratações com o serviço público.

Transparência das Aquisições

O Sistema de Registro de Preços permite maior transparência nas aquisições, porque os preços cotados são acessíveis a todos e periodicamente atualizados, ao contrário do que ocorre na licitação convencional, a cotação de preços não é uma simples etapa do processo, mas a principal. Além disso, é precedida de ampla pesquisa de mercado, incluindo a publicação dos preços praticados na internet, tornando ainda mais público o interesse de licitar, conforme parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 2.743/98, que regulamentou o SRP.

Embora o Decreto nº 3.931/01 não trata expressamente desta disponibilização dos preços na Internet, contudo, ampliou a utilização dos recursos de tecnologia da informação nos procedimentos e atribuições do SRP, condicionando, todavia, o uso à regulamentação específica.

Aquisições Uniformes

Em princípio, durante a vigência do Registro de Preços, as aquisições e contratações acontecem com o mesmo fornecedor, e por isso, grande é a possibilidade de que estas aconteçam dentro de um mesmo padrão de fornecimento. Esta uniformidade vem ao encontro do preconizado no art. 15, inciso I, da Lei de Licitações, que estabelece atendimento ao princípio da padronização.

Economia de Recursos - Sistema de Registro de Preços permite a melhor administração de recursos, incluindo a economia de recursos, entendemos que esta acontece inclusive pelo ganho de tempo no atendimento do interesse público, que é o objetivo maior da Administração Pública. Portanto, temos ganhado de tempo, de recursos humanos, e recursos financeiros.

3. APLICABILIDADE

O decreto regulamentador do Sistema de Registro de Preços, determina que este será adotado, preferencialmente, nas seguintes casos:

- a) quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- b) quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;
- c) quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- d) quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ata no Sistema de Registro de Preços

A Ata de Registro de Preço é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

Antes do Decreto 3.931/01, muitas divergências existiam na forma de efetivar o registro dos preços, bem como o vínculo obrigacional. Porém com o advento deste, ficou claro que o documento é a Ata de Registro de Preços. Portanto, não basta a existência dos registros das sessões da Licitação, há que se ter uma ata específica para o registro.

Conforme estabelece o art. 10, do Decreto 3.931/01: “Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas”.

Na Ata de Registro de Preços, deverão constar todas as normas e condições relativas ao registro e às contratações.

A prorrogação da vigência da Ata se dá quando a proposta que tem seu preço constante do registro continuar mais vantajosa para a Administração. Cabe ao Administrador demonstrar no processo a condição de “mais vantajosa”.

As contratações decorrentes de uma Ata de Registro de Preços somente serão válidas se realizadas dentro do prazo de vigência.

Possibilidade de Registro de mais de um Fornecedor e Preços diferentes

Quando a oferta mais vantajosa não atender a todo quantitativo previsto para o registro, ao preço desta poderão ser registradas tantas propostas, para o

atendimento quantidade planejada. Se o preço da proposta classificada em primeiro lugar ficar demonstrada a impossibilidade de se alcançar à quantidade que atenda à demanda, poderão ser registrados outros preços, mediante comprovação de vantagem apresentada pelo objeto. Ressalte-se que estes preços diferenciados, quando houver um preço máximo estabelecido, não podem ser superiores a este, que será determinado como fruto de uma ampla pesquisa de mercado e da interpretação de seus resultados.

Exemplo: a Administração necessita comprar 10.000 unidades de um produto; e na tabela abaixo foi registrado os seguinte preços:

Fornecedores	Quat. Proposta	VL unitário proposto
A	2.000	38,00
B	3.000	39,00
C	3.000	39,00
D	10.000	41,00
E	2.000	42,00
F	10.000	43,00

Neste caso, se confirmada à expectativa de consumo, as contratações se dariam pelo valor unitário de R\$ 41,00, somando o total de R\$ 410.000,00, com o fornecedor D.

Porém, com a quantidade mínima ofertada em 2.000 unidades, mesmo que os fornecedores mantenham seus preços para efeito de registro, teremos:

Fornecedores	Quant.Proposta	VL un. proposto	Valores
A	2.000	38,00	76.000,00
B	3.000	39,00	117.000,00
C	3.000	39,00	117.000,00
D	2.000	41,00	82.000,00
Total			392.000,00

Portanto, no valor final das aquisições teríamos um ganho de R\$ 18.000,00 para a Administração Pública.

Divulgação dos preços registrados

A Lei determina a publicação do preço e dos respectivos fornecedores em órgão oficial da administração, sem especificar qual será o órgão. Entendemos que não existe referência à obrigatoriedade de publicação em imprensa oficial (impresso), pois hoje o acesso à rede de computadores, através da internet, está disponível a todos e o diário oficial pode ser consultado via internet. O decreto prevê a publicação em órgão oficial (no site do Governo Federal) e que as informações devem ficar disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras são as vantagens para a Administração Pública na utilização do sistema de registro de preços, como a possibilidade de fracionamento das aquisições, a padronização dos preços, a redução de volume de estoques a desnecessidade de dotação orçamentária, a redução dos gastos e simplificação administrativa, a rapidez na contratação e otimização dos gastos públicos, atualidade dos preços dentre outras.

José dos Santos Carvalho Filho em sua obra Manual de Direito Administrativo, diz que o registro de preços é “necessário para a obtenção de certa

uniformidade e regularidade na aquisição dos bens. Por tal motivo, urge que haja atualização Periódica no sistema de registro de preços, pela qual se compromete a fornecer, em determinado prazo, não superior a um ano, o objeto licitado conforme as necessidades da Administração” (CARVALHO, 2012, p. 186).

O Sistema de Registro de Preços é uma importante ferramenta para que se tenha a padronização de preços dos produtos similares, uma vez que permite a troca de informações entre os órgãos com o objetivo de evitar distorções entre os valores dos produtos adquiridos nas mesmas condições. Acerca da padronização dos preços, Marçal Justen Filho afirma:

Os diversos órgãos da Administração deverão trocar informações para evitar a prática de preços conflitantes e variados para produtos similares. Isso permitirá a detecção de distorções e imporá ao gestor de recursos públicos o dever de recusar contratação por preços superiores aos adotados em outros órgãos. (JUSTEN, 2010, p. 190 e 191).

Ainda, o decreto 3.931/2001 tratava no seu art. 8º do instituto da adesão à ata de registro de preços, comumente denominado “carona”, quando permitia que órgãos e entidades da Administração que não participaram da licitação, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, demonstrando a vantagem da adesão, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços do outro ente.

Há que se considerar, portanto, que o Sistema de Registro de Preço trata-se de um inovador instrumento concebido pelo Governo Federal relativamente às alternativas e conceitos em licitações públicas até então vigentes, configurando-se em um verdadeiro corte epistemológico, uma quebra de paradigmas, sem precedentes, no contexto histórico de contratações governamentais do ordenamento jurídico nacional.

A instituição do Sistema de Registro de Preço como um instrumento de licitação de observância facultativa pela Administração Pública Federal aponta para uma modernização do sistema de licitação, objetivando conferir ao Governo um meio mais econômico, célere e eficaz para as contratações, de modo a otimizar o rito procedimental, alcançando fornecedores de diversas regiões do país, reduzindo os custos e os valores das propostas.

Por fim, a título de sugestão, malgrado o SRP revelar-se como um sistema capaz de atender as oscilações da demandas da Administração Pública, pelos órgãos individualmente, ou mesmo nas compras conjuntas, torna-se premente e urgente que se aprimore as ferramentas de comunicações entre todos os órgãos componentes da Administração Pública, pois, sem isso ocorrer, não haverá a adequada capitalização das muitas vantagens oferecidas por tão inteligente Sistema de compras à disposição dos gestores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. <http://www.advocaciapublica.com.br/forum/artigos/o-qcaronaq-no-sistema-de-registro-de-precos-conforme-decreto-no-7892201310>.
<http://www.trt6.gov.br/licitaconsulta/upload/014-06.doc>
2. BITTENCOURT, Sidney. Pregão passo a passo: uma nova modalidade de licitação. Rio de Janeiro: Temas & ideias, 2000.
3. BORGES, Alice Gonzales. Normas gerais no estatuto de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
4. BRASIL. Constituição (1.988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1.988.
5. ESCOBAR, J.C. Mariense. O Sistema de Registro de Preços nas Compras Públicas – Teoria e Prática. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
6. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.
7. GUIMARÃES, Edgar; NIEBUHR, Joel de Menezes. Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
8. Lei de Licitações e Contratos Administrativos – incluindo Legislação Complementar Correlata, 33ª edição revista e atualizada. ZENITE, 2015.
9. Lei (2.002). Lei nº 10.520/02. Brasília: Governo federal, 2.002.
10. Licitação e Contrato Administrativo. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

11. MARINHO JÚNIOR, João S. Eficiência do Sistema de Licitações por pregão: o caso do superior tribunal de justiça. Dissertação do curso de mestrado em economia. Brasília: Universidade de Brasília, 2.006.
12. Marcelo Alexandrino e Marcelo de Paulo - Direito Administrativo Descomplicado – 21ª Edição Atualizada, 2013;
13. REIS, Rudimar Barbosa dos. Coleção Cartão de Referência, Sistema de Registro de Preços. 2009.
14. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico – Coleção Jacoby de Direito Público, Vol. 7; Editora Fórum.
15. Site de Compras Governamental – COMPRASNET;
16. Palavra Digital
http://moodle04.s3.amazonaws.com/POSUNIFICADO/%5B1236%5D618_PA/POS/PalavraDigital/STR050_Licitacoes_e_Lei_de_Responsabilidade_Fiscal.pdf

ANEXO 1

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 13/2015

Modalidade: PREGÃO, **Forma:** ELETRÔNICO, **Tipo:** MENOR PREÇO

Execução: INDIRETA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Data de inclusão das propostas: **a partir de 24 de setembro de 2015**

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 06 de outubro de 2015, às 10h (hora de Brasília)

Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br/www.comprasnet.gov.br

Processo nº: 04600.000764/2015-81 Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Escola Nacional de Administração Pública Enap

SAIS, Área 2A, Brasília-DF - CEP 70.610-900. Telefone (61) 2020.3000 Fax (61) 2020.3168

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Para os itens 2,3 e 4)

A **Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap**, por meio da Diretoria de Gestão Interna, com sede no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS), Área 2A, nesta capital, CNPJ nº 00.627.612/0001-09, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Enap nº 90, de 19 de junho de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento

MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos visando atender as necessidades da Escola Nacional de Administração Pública Enap, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 2

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos para cobrir as despesas futuras decorrentes deste Registro de Preços serão consignados no Orçamento da ENAP, cuja classificação funcional-programática constará da nota de empenho respectiva.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico COMPRAS GOVERNAMENTAIS/ COMPRASNET (§ 1º, Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.2. O credenciamento no provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.3. O uso de senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Escola de Administração Pública, Órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com o credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no § 3º do art. 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010.

4.1.1. Para os **itens 2, 3 e 4** poderão participar deste Pregão **exclusivamente** as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que comprovem possuírem os requisitos mínimos de qualificação previstos neste Edital.

4.2. Não poderão participar deste Pregão:

4.2.1. empresas em processo de recuperação judicial/extrajudicial ou de falência e concordata, insolvência civil, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.2.2. empresas suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pela ENAP com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993; **ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 3**

4.2.3. impedidas de participar de licitações ou de contratar quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

4.2.4. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993; **4.2.5.** constituídas com o mesmo objeto e da qual participe sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

4.2.6. que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; **4.2.7.** estrangeiras que não funcionem no país; **4.2.8.** que possuam, entre seus sócios ou dirigentes, servidor ou membro da Administração da Enap, de acordo com o art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93; **4.2.9.** que possuam em seu contrato social ou documento equivalente, finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão; **4.2.10.** que tenham condenações cíveis por ato de improbidade administrativa.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante preencha o campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. declaração específica para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas;

4.3.2. declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

4.3.3. declaração de que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

4.3.5. DECLARAÇÃO que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da Sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

ENAP

Proc.nº 0764/15

Fls.

4

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta inicial com o **MENOR PREÇO POR ITEM e a DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, de maneira a demonstrar que atende a todas as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

5.5.1. Os preços unitários de referência dos itens, que são **os máximos admitidos** nesta licitação, estão definidos no anexo II B do presente Edital.

5.5.2. A proposta inicial equivale ao primeiro lance no Comprasnet e se lançada indevidamente poderá ser desclassificada, com isso o **fornecedor não poderá mais participar do certame**.

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no subitem 12.4 da Instrução Normativa INSS nº 4, de 30/11/99.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicadas no Preâmbulo deste Edital, no local www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá **única e exclusivamente** mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 5

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempos de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07.

6.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitante microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls.6

que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.19.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.20. Caso não se ofertem lances e sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.

6.21. Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

6.22. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.22.1. produzidos no País;

6.22.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.22.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.23. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do valor em relação ao estimado e ao objeto da contratação, devidamente justificado. Será desclassificada a oferta que apresentar valor excessivo ou manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 7

7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §3º do art. 42 da Lei 8.666/93.

7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta

ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF**, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos para o fax nº (61) 2020-3168, ou para o endereço eletrônico licitacao@enap.gov.br (digitalizados), ou no Comprasnet, **no prazo de 120 (cento e vinte) minutos**, contados a partir da solicitação do Pregoeiro registrada no chat;

7.6. O **original da PROPOSTA** (subitem 7.7), originais ou cópias autenticadas de toda a documentação para a HABILITAÇÃO (item 8) deverá ser entregue na Enap no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro pelo chat, em envelope com a seguinte identificação: Remetente:

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

CNPJ DO PROPONENTE:

Endereço:

CEP: Cidade/UF

Destinatário:

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

Aos Cuidados do Pregoeiro Everaldo Melo do Nascimento

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 13/2015

Endereço: SAIS Área 2A, Setor Policial Sul

CEP: 70.610-900

Brasília - DF

7.7. A Proposta de Preços deverá obedecer às seguintes condições (modelo de proposta - **ANEXO II-A**):

7.7.1. Ser apresentada em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente, e redigida com clareza, sendo firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 8

7.7.2. Conter a identificação do licitante, indicando a Razão Social, CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal, endereço, cidade, estado, CEP, telefone, fax, nome do preposto, RG, CPF, endereço, telefone, fax, e-mail, nome do banco, número da agência e número da conta corrente, fazendo menção ao número do presente Edital.

7.7.3. Descrever de forma clara o objeto a que se refere a proposta, com todas as especificações, de acordo com a descrição constante neste Edital e seus anexos.

7.7.4. Conter os valores unitários totais por item, atualizado em conformidade com o último lance ofertado, em algarismos arábicos e por extenso, pelo qual o licitante se propõe fornecer os bens, objeto deste Pregão, contendo declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos: insumos, frete, seguro, tributos, encargos e todas as demais despesas, de quaisquer naturezas, incidentes sobre o preço total ofertado, nada mais sendo lícito pleitear a qualquer título.

7.7.5. Informar o **prazo de validade** da proposta, **não inferior** a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da Sessão Pública estabelecida no Preâmbulo deste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da

proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **SICAF**;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Ainda como condição prévia à habilitação, será permitida a participação ampla apenas para

os itens que estão com os valores estimados superiores a R\$80 mil reais e para os demais terão participação exclusiva a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br)
Gastos Diretos do Governo

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 9 das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, no exercício anterior, extrapola o limite da R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º -A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

8.4. Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

8.5. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

8.6. Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

8.7. Habilitação jurídica:

- 8.7.1. no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 8.7.2. em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.7.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.7.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.7.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 10

8.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 8.8.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 8.8.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta SRF e PGFN);
- 8.8.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 8.8.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.8.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.8.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 8.8.7. prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 8.8.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.9. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores **SICAF** no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

- 8.9.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.9.2. a boa situação financeira da licitante será comprovada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
- 8.9.3. As empresas, cadastradas no **SICAF**, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que possuem capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 11

8.10. As empresas, cadastradas no **SICAF**, deverão comprovar, ainda, a **qualificação técnica**, por meio de:

- 8.10.1. Apresentação de **Atestados de Capacidade Técnica**, emitidos em seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que comprove ter fornecido o objeto compatível, pertinente ao do objeto desta licitação; **8.11.** Será inabilitado o licitante que não

comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12. condições exigidas para cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas.

8.13. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro, todos devidamente autenticados ou cópias acompanhadas dos originais;

8.14. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, (Art.43 da LC 123 de 2006).

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, manifestar intenção de interpor recurso. O prazo para interposição de razões de recurso será de 03(três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, se assim desejarem, apresentarem contrarrazões em prazo igual, o qual começará a contar do término do prazo do(s) recorrente(s), sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Tal redação se justifica em observância ao previsto no artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02 e com o contido no artigo 26 do Decreto nº 5.450/05. Com o objetivo de tornar célere a resposta, o texto do recurso interposto deverá ser enviado para o e-mail: licitacao@enap.gov.br.

9.1.1. O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer se necessário.

9.2. A decisão do Pregoeiro, podendo esse ser auxiliado pelo órgão demandante do objeto, deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

9.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 12

9.4. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na unidade de

Serviço de Compras e Contratos da ENAP - fone (61) 2020 3000 / Fax: (61) 2020 3168.

9.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia, em formulários próprios, no ato da Sessão Pública, fora dos respectivos prazos legais e os enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação ou a assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

9.6. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, protocoladas tempestivamente

na Seção de Protocolo da ENAP, Térreo do Edifício Sede, e dirigidas à Diretora de Gestão Interna, que decidirá após apreciação do parecer do Pregoeiro;

9.7. Além de protocolar o recurso, o recorrente deve registrar, ao mesmo tempo, suas razões em campo próprio do Comprasnet.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, que substituirá o instrumento de contrato, ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 12, Decreto nº 7.892, de 2013.

11.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

11.2. O órgão convocará a fornecedora com o preço registrado em **Ata** para, a cada contratação, e dentro do prazo de validade da **Ata**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da convocação e assinar a **Ata de Registro de Preços**.

11.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.

11.3. Antes da emissão da Nota de Empenho, a contratada realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

11.4. É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 13

11.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contrate, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, e tudo dando ciência à Administração.

11.8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, com base nos motivos previstos no art. 20 do Decreto nº 7892 de 2.013.

11.9. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

12. DO PREÇO

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

13. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **ANEXO I** do Edital.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

14.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas nos **itens 09 e 10 do ANEXO I** do Edital.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela após o **recebimento definitivo** do produto, após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada.

15.2. O prazo do ATESTO da Nota Fiscal/Fatura é de até 05 (cinco) dias.

15.3. O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA, por meio de Ordem Bancária a qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

15.4. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual. **ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 14**

15.5. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE depois da comprovação de regularidade da CONTRATADA por meio de consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf).

15.5.1. Constatada a situação de irregularidade por meio do SICAF, a CONTRATADA será advertida por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

15.5.2. Caso solicitada dentro do prazo referido no item anterior, poderá, a critério da administração, ser concedida prorrogação por igual período, desde que se comprove ocorrência de caso fortuito ou força maior.

15.6. Qualquer erro ou omissão havida na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado. **15.7.** As obrigações pagas com atraso, desde que o atraso ocorra por conta do CONTRATANTE, serão atualizadas monetariamente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e, calculadas com base na variação

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. apresentar documentação falsa;

16.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5. não manter a proposta;

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.7. cometer fraude fiscal;

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 15

16.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às

seguintes sanções:

16.2.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, até o limite de 10 (dez) dias.

16.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no **SICAF**, pelo prazo de até cinco anos.

16.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem com o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

16.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

17. DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.1.1. As impugnações deverão ser apresentadas em duas vias originais, protocolizadas no Protocolo Central da Enap, até às 18 horas do dia em que se encerra o prazo, e encaminhadas para o e-mail licitacao@enap.gov.br, de modo a tornar mais ágil a resposta.

17.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela demanda e pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

17.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pela internet, para o endereço eletrônico licitacao@enap.gov.br, até às 18 horas do dia em que se encerra o prazo (art. 19 do Decreto nº 5.450, de 2005).

17.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 16

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

18.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.6. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da Sessão Pública.

18.7. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I Termo de Referência

ANEXO II -A Modelo de Proposta

ANEXO II -B Valores Máximos Admitidos

ANEXO III Modelo de Atestado de não Utilização de Elementos Perigosos e Aderência aos Requisitos de Sustentabilidade Ambiental.

ANEXO IV Minuta da Ata de Registro de Preços

Brasília - DF, 22 de setembro de 2015.

Everaldo Melo do Nascimento

Pregoeiro Oficial

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 17

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 13/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição de materiais e equipamentos, de modo a atender às necessidades da Escola Nacional de Administração Pública Enap, conforme especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência. **1.2.** Do detalhamento do objeto:

1.2.1. Aquisição de 21 (sessenta) polegadas com tecnologia LED, assistência técnica com garantia mínima de 12 (doze) meses conforme especificações e condições estabelecidas neste termo de referência.

1.2.2. Aquisição de 3 (com tecnologia LED, assistência técnica com garantia mínima de 12 (doze) meses conforme especificações e condições estabelecidas neste termo de referência.

1.2.3. Aquisição de 14 (catorze) suportes de teto com inclinação para TVs de LED de especificações e condições estabelecidas neste termo de referência.

1.2.4. Aquisição de 10 (dez) suportes de parede com inclinação para TVs de LED de especificações e condições estabelecidas neste termo de referência.

1.3. O objeto da aquisição está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

1.3.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.4. O bem deverá ter prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

1.5. O item deve estar de acordo com a especificação descrita no presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos bens acima atenderá às necessidades existentes nos gabinete da Presidência

e Diretorias, entradas de acesso aos prédios administrativos e salas de aula.

2.2. A adoção do sistema registro de preços para aquisição dos referidos materiais deve-se aos benefícios quanto aos procedimentos para registro formal de preços relativos às contratações futuras da Administração Pública, onde estas obedecem à conveniência e às necessidades do órgão gerenciador do registro, possibilitando a compra parcelada que redunde em economia de

espaço em relação ao volume de estoque, como também devido à realização de procedimento licitatório sem disponibilidade orçamentária, possibilitando à Administração melhor planejamento de suas aquisições.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 18

2.3. Substituir ou prover por Smart TV com navegador de WEB no gabinete da Presidência, diretorias e entradas de acesso para as salas de aula e serão instalados e ou substituídos nos seguintes locais:

a). 01 aparelho na Presidência que será utilizado com ferramenta para realização de apresentações em reuniões de trabalho, interação e monitoramento do Sistema de Gestão Integrada- SIG; e Sistema Eletrônico de Informação – SEI

b). 04 aparelhos nas Diretorias, DDG, DFP, DCP e DGI e serão utilizadas como ferramenta para realização de apresentações em reuniões de trabalho, interação e monitoramento do Sistema de Gestão Integrada-SIG; e Sistema Eletrônico de Informação - SEI

c). 10 aparelhos nas entradas de acesso, 03 na entrada do térreo do prédio administrativo, uma no 1º andar e uma no 2º andar no acesso às salas de aula e serão usadas como Display Informativo de cursos e orientações, 01 painel no saguão de acesso ao alojamento 04 painéis de

acesso ao alojamento 02 CGTI polegadas, compatíveis com as TV's dos itens 1 e 2. e). 10 (dez) s polegadas, copatíveis com as TV's dos itens 1 e 2. Destinação Sala do Conselho 1 Presidência 1 Assessorias 4 0 Diretorias 3 1 Salas de reunião 4 0 Painéis de sinalização (Térreo - prédio

principal) 2 0 Painéis de sinalização (Andares – prédio principal) 2 Painéis de sinalização (Alojamentos) 3 Painéis de sinalização (Saguão Alojamentos) 1 Painéis de sinalização (NOC-CGTI) 2 **21 3**

3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DOS OBJETOS

3.1.

mínimas especificadas a seguir:

a. Tipo de tela: LED;

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 19

c. Com tecnologia SMART TV com navegador web integrado

d. Resolução: Full HD 1920x1080 ou superior;

e. Tela Plana

f. Conexão WiFi integrada

g. Voltagem: bivolt automático;

h. Deverão ser fornecidos com todos acessórios necessários para o seu funcionamento;

i. 3 entradas USB ;

j. 1 entrada Componente;

k. 3 entradas HDMI;

l. Som estéreo ou superior com caixa acústica embutida;

m. Unidade de Controle Remoto Permitindo controle e ajuste geral. Deve permitir ainda o

controle remoto através do uso de aplicativos do próprio fabricante em tablet e Smartphones com

sistema operacional IOS e Android.

n. Cabo de alimentação, Guia de instalação rápida, Informações de segurança;

o. Garantia mínima: 12 meses.

3.2.

técnicas mínimas especificadas a seguir:

a. Tipo de tela: LED;

polegadas;

c. Com tecnologia SMART TV;

d. Resolução: Full HD 1920x1080 igual ou superior;

e. Tela Plana;

f. Conexão WiFi integrados;

g. Voltagem: bivolt automático;

h. Deverão ser fornecidos com todos acessórios necessários para o seu funcionamento;

i. entradas USB ou superior;

j. 1 entrada de Componente;

k. 3 entradas HDMI ou superior;

l. Caixa acústica embutida;

m. Unidade de Controle Remoto Permitindo controle e ajuste geral.

n. Cabo de alimentação, Guia de instalação rápida, Informações de segurança;

o. Garantia mínima: 12 meses.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 20

3.3. O suporte de **teto** com compatível com TV LCD/LED/PLASMA de até 90 polegadas - Articulação/Movimento: Ângulo dos Movimentos: Rotacional de 360°, Inclinação vertical de 15° - Local de instalação: teto - Distância mínima/máxima do teto: 1050mm/1560mm - Acompanha manual de instalação, parafusos e buchas para tv e parede - Furação (vesa): 100, 200, 300, 400, 600 até 800x400mm Produzido principalmente em aço - Peso sustentado: 50kg - Garantia de 1 ano.

3.4. Suporte de **parede** inclinável para TV LCD/LED/PLASMA de até 90 polegadas Suporte com braço articulado, inclinável e regulagem vertical, local de instalação: parede distancia mínima de 110 mm máxima de 550 mm permitindo articulação até 90° (noventa graus) permitindo inclinação até 15° (quinze graus). Furação Compatível: VESA 100x200, 200x200, 300x300, 400x200, 400x400, 600x400 mm Carga Máxima de no mínimo 50 kg.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

5. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O fornecimento será efetuado por demandas, com prazo de entrega de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

5.2. O bem devera ser entregue na sede do órgão, no almoxarifado Central da Escola Nacional de Administração Pública ENAP, Endereço SAIS Área 2-A, Setor Policial Sul CEP 70.610-900, Brasília Distrito federal. Horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 17h.

6. ESTIMATIVA DO CUSTO

6.1. O custo estimado total da presente aquisição será definido por meio de pesquisa de preços realizada posteriormente

6.2. FONTE: Orçamento ENAP

AÇÃO: Administração da Unidade

PLANO ORÇAMENTÁRIO: Administração da Unidade

PI: A3003 Equipamentos e Material Permanente

7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Esta aquisição observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, no

que couber aos materiais, objetos da aquisição:

7.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 21

de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- e) A comprovação do disposto poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. O bem será recebido:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do TR e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do TR e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 05 (cinco) do recebimento provisório.

b.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do TR e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de

1990); **ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 22**

9.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 23

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O responsável pelo recebimento anotará nos autos todas as ocorrências relacionadas com

a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

13.2. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.3. Apresentar documentação falsa;

13.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.5. Cometer fraude fiscal;

13.6. Descumprir qualquer dos deveres elencados no TR ou no Contrato.

13.7. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Escola Nacional de Administração Pública, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 24

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.9. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar

e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.9.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.9.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.9.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade

da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for

o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.12.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou,

no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.15. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no TR.

14. ÓRGÃO REQUISITANTE

Serviço de Suprimentos e Patrimônio

Brasília, de setembro de 2015.

ENAP Proc.º 0764/15 Fls. 25

ANEXO II-A

PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 13/2015

MODELO DE PROPOSTA

Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Cidade:

Fone:

Fax:

E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco:..... Agência: Conta Corrente:

Item Un. Especificação Códigos Quantidade Valor Unitário

1 Un. Smart TV de 60 polegadas de Led 21

2 Un. TV de Led, de 70 à 90 polegadas 3

3 Un. Suporte de teto para tv 14

4 Un. Suporte de parede para tv 10

Valor Total Global R\$....

a) Declaro expressamente que nos preços cotados estão inclusos: frete, seguro, tributos, encargos e todas as demais despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

b) Este Anexo é apenas um modelo, cada licitante é responsável pela apresentação de sua proposta de preços.

c) Os valores cotados desta Ata de Registro de Preços deverão atender todas as exigências do edital e seus anexos.

d) Validade da Proposta: (Não inferior a 60 dias)

Local, de de 2015.

Assinatura

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 26

ANEXO II-B

PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 13/2015

VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

Item Especificação Quantidade Valor unitário

01 Televisores Smart TV com tela de 60 polegadas, Led, assistência técnica com garantia mínima de 12 meses.

21 R\$6.119,73

02 Televisores de 60 à 90 polegadas, Led, assistência técnica com garantia mínima de 12 meses.

03 R\$7.337,01

03 Suporte de teto com inclinação para TV's de Led, até 60 polegadas, compatíveis com as TV's dos itens 1 e 2.

04 R\$450,26

04 Suporte de parede com inclinação para TV's de Led, de 60 à 90 polegadas, compatíveis com as TV's dos itens 1 e 2.

10 R\$316,00

Valor Total Estimado R\$ 164.401,04

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 27

ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 13/2015

MODELO DE ATESTADO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS

PERIGOSOS E ADERÊNCIA AOS REQUISITOS DE

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Atestamos, para fins de comprovação junto ao Pregoeiro e sua equipe/ENAP relativamente ao Edital nº _____ que o Sr (a)

_____, RG nº _____, representante da empresa

_____, [FABRICANTE] CNPJ

_____, atesta para todos os fins que a empresa não emprega substâncias perigosas em seu processo de produção de acordo com as exigências previstas na **Lei nº 12.305/2010**.

Local, _____ de _____ de _____.

Representante da Fábrica dos Equipamentos:

Nome (1): _____

Assinatura: _____

(1) Apresentar ato constitutivo que subscreva a pessoa a representar o fabricante.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 28

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 13/2015

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

Processo nº 04600.000764/2015-81

Aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de dois mil e quatorze, a

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP), instituída por força da Lei nº 6.871 de 03.12.80, e alterada pela Lei nº 8.140 de 28.12.90,

vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), com sede no Setor de Áreas Isoladas Sudoeste nº 02-A, nesta capital, CNPJ nº 00.627.612/0001-09, neste ato representada pelo seu Diretor (a) de Gestão Interna, o Sr. xxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxx, carteira

de identidade nº xxxx SSP-DF, residente nesta capital, nomeado pela Portaria nº xx, da Casa Civil da Presidência da República, de xxx/xx/2015, publicada no Diário Oficial da União em xx/xx/2015, com competência subdelegada pela Portaria ENAP nº 134, de 09/09/2014, publicada

no Diário Oficial da União de 29/08/2011 e Portaria ENAP nº 58, de 21/03/2012, publicada no

Diário Oficial da União em 23/03/2012, doravante denominada **CONTRATANTE**, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico SRP nº 13/2015** para Registro de Preços, publicado no DOU do dia xx de xxxxx de 2015, RESOLVE registrar os preços da Empresa xxxxxxxxxxxx inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ nº xxxxxxxxxxxx**, estabelecida no xxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu xxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **FORNECEDOR**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e na presente **Ata de Registro de**

Preços, com fundamentos no Decreto nº 7.892/2013 e na Lei nº 8.666/1993, em conformidade

com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos, visando atender as necessidades da Escola Nacional de Administração Pública - Enap, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a Proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas são as que seguem:

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 29

2.2. Se o licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços tem **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Enap não será obrigada a realizar as aquisições que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata os preços registrados **serão fixos e irrevogáveis**, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

4.2. 65 da Lei n.º 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para negociação, com a finalidade de reduzir e adequar seu preço ao praticado no mercado.

4.4. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores, obedecida a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

4.4.1. Não havendo êxito nas negociações, a Enap revogará a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação. N° do Item Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) X Especificação Marca (se exigida no edital) Modelo (se exigido no edital) Unidade Quantidade Valor Um Prazo garantia ou validade **ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 30**

CLÁUSULA QUINTA DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, **não poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração**, ou seja, está vedada a adesão.

CLÁUSULA SEXTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DAS OBRIGAÇÕES

6.1. A Coordenação-Geral de Administração da Enap será o órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços.

6.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

6.3. realizar os procedimentos de assinatura e gerenciamento da Ata;

6.4. assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a ENAP;

6.5. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

6.6. aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário;

6.7. efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.8. coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Constituem obrigações do fornecedor:

7.1. O cumprimento integral do estabelecido no Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 13/2015 e os preços registrados nesta Ata;

7.2. Seguir os procedimentos, quando do fornecimento do objeto, na forma determinada no Termo de Referência;

7.3. Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata;

7.4. Fornecer os objetos a partir da solicitação e data da assinatura da ATA, nos locais

indicados pela CONTRATANTE;

7.5. Obter todo e qualquer tipo de licença perante os Órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento do objeto registrado, sem ônus adicionais para a ENAP.

7.6. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela ENAP.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 31

8.1. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da ENAP.

8.2. O cancelamento automático da Ata de Registro de Preços ocorrerá:

8.3. por decurso do prazo de vigência;

8.4. quando o interesse público assim exigir.

8.5. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

8.6. perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.7. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

8.8. não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.9. ficar caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos contratos dela decorrentes.

8.10. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.11. o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

8.12. o cancelamento do preço registrado implica na cessação de todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

CLÁUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. A ENAP será o Órgão Gerenciador, responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação;

9.2. A emissão do pedido de fornecimento do objeto será da inteira responsabilidade da ENAP, cabendo a ela todos os atos de administração perante o fornecedor e será formalizado por meio de empenho.

9.3. A Administração não emitirá qualquer pedido do objeto registrado sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

9.4. A convocação do fornecedor pela ENAP será sempre formalizada e conterá menção da Ata de Registro de Preços a que se refere.

9.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a solicitar às aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA DA VINCULAÇÃO

10.1. Vinculam-se ao presente instrumento, como se aqui estivessem integralmente transcritos, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 13/2015 com seus anexos e a Proposta

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 32

da CONTRATADA, prevalecendo, em qualquer hipótese, as disposições deste

instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES

11.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do objeto da Ata, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores, a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e nesta Ata e das demais cominações legais.

11.2. O atraso injustificado na execução deste instrumento sujeitará o contratado a multas, na forma prevista abaixo:

11.2.1. multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação da garantia contratual ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.2.2. multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da Ata, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

11.2.3. multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da Ata, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

11.3. Pela inexecução total ou parcial da Ata, a Administração poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I advertência.

II multa.

III suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Enap.

11.5. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal, da garantia ou do crédito existente na ENAP em relação à Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 33

11.6. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da diretora de Gestão Interna, devidamente justificado.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada pelo prazo de suspensão imposto, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.9. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação objeto desta ATA estão consignados no Orçamento da Enap, cuja classificação funcional-programática constará da nota de empenho respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

13.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades registradas nesta ATA, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de preços será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, e divulgado no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília DF para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

15.2. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que o tudo assistiram.

Brasília DF, de de 2015.

ENAP Proc.nº 0764/15 Fls. 34

ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXX

Diretor de Gestão Interna

FORNECEDOR

XXXXX

Diretor

TESTEMUNHAS:

CPF/MF nº:

C.I. nº:

CPF/MF nº:

